



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/2025 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ANEXO 2 – CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

TÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS	3
1. DIRETRIZES GERAIS	3
2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	3
TÍTULO II - DO OBJETO DA CONCESSÃO	5
3. DO OBJETO	5
4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	6
5. DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA	8
6. DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO	10
7. DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS	14
8. DA CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO	16
9. DAS FALHAS DE SISTEMAS	17
10. DO SERVIÇO DE RECOLHIMENTO	18
11. DO SERVIÇO DE CUSTÓDIA	23
12. DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO	26
13. DO LEILÃO	30
14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILÃO	31
15. DOS VEÍCULOS RECOLHIDOS POR PÁTIOS CREDENCIADOS	31
TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA	31
16. DA POLÍTICA TARIFÁRIA	31
TÍTULO IV - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	34
17. DO CONTROLE E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	34
18. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO	36
TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS	36
19. DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS POR CADA LOTE DE CONCESSÃO	36
20. DA LOCALIZAÇÃO DOS PÁTIOS	45
21. DOS PÁTIOS	46
22. DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO	48



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

TÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS

1. DIRETRIZES GERAIS

1.1. Este **CADERNO DE ENCARGOS** especifica o objeto da **CONCESSÃO**, estabelecendo procedimentos para as **CONCESSIONÁRIAS**, em cada **LOTE**, na implantação, operação, manutenção e gestão dos **PÁTIOS** de veículos recolhidos, nos termos da competência do **DETRAN** e **DER**, no âmbito do Estado de São Paulo.

1.2. As diretrizes e procedimentos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS** serão aplicáveis para todos os **LOTES** da **CONCESSÃO**, salvo quando se referir especificamente a um **LOTE** determinado.

1.3. Este **CADERNO DE ENCARGOS** será anexado ao **CONTRATO** quando de sua celebração.

1.4. As referências, neste **CADERNO DE ENCARGOS**, às normas técnicas e à legislação incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa.

1.5. O detalhamento dos Municípios que estão abrangidos em cada **LOTE** da **CONCESSÃO** encontra-se no **ANEXO 12 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**, observadas as orientações constantes do **TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

1.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá indicar um responsável técnico pela execução do contrato, o qual centralizará as informações e responsabilizar-se-á pela interlocução oficial com o **PODER CONCEDENTE**.

2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prestar os serviços da **CONCESSÃO** respeitando os parâmetros estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**, nas disposições do **CONTRATO** e demais normativas vigentes.

2.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar todos os serviços e dispor de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para a prestação dos serviços da **CONCESSÃO**.

2.3. Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente, bem como no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, caberá à **CONCESSIONÁRIA** atender às seguintes premissas básicas:

2.3.1.1. Excelência na prestação de serviços, dispondo de ambientes confortáveis para atendimento do público, equipamentos em adequado nível de conservação e recursos humanos treinados e capacitados para a execução do objeto desta **CONCESSÃO**.

2.3.2.2. Responsabilidade pela conservação e segurança dos veículos que estiverem sob sua guarda e depósito, cabendo-lhe investir em equipamentos, pessoal e infraestrutura adequada a cada **PÁTIO**.

2.3.3.3. Observância e cumprimento das normas vigentes para o escoamento do público em situações normais e em caso de pânico, elaborando-se, para tanto, os devidos estudos que demonstrem o cumprimento das exigências aplicáveis.

2.3.4.4. Transparência e compartilhamento dos dados operacionais com o **PODER CONCEDENTE**.

2.4. É de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a manutenção, sigilo e segurança dos dados aos quais tiver acesso, inclusive no que se refere aos dados inseridos e/ou importados dos sistemas disponibilizados pelo **PODER CONCEDENTE**, passando a responder civil e criminalmente pela adulteração, divulgação ou má utilização de dados e informações que tiver acesso, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e as legislações que vierem a complementá-la ou substituí-la.

2.5. Os serviços, no âmbito da **CONCESSÃO**, deverão estar de acordo com as orientações estabelecidas pelo **PODER CONCEDENTE**, no exercício de suas competências regulamentares e de poder de polícia, bem como da **ARSESP**, no âmbito de sua competência regulatória.

2.6. É responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** providenciar todas as autorizações,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

alvarás, licenças e aprovações necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal com vistas à execução das atividades relacionadas à **CONCESSÃO**, observado o disposto no **CONTRATO**.

2.7. A **CONCESSIONÁRIA** precisará atender todas as solicitações demandadas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** no respectivo **LOTE**, devendo registrar todos os tempos e movimentos para a gestão adequada da qualidade da prestação de serviços junto ao **PODER CONCEDENTE**.

TÍTULO II - DO OBJETO DA CONCESSÃO

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da **CONCESSÃO** é a prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gestão dos **PÁTIOS** de veículos recolhidos, nos termos da competência do **DETRAN** e **DER**, no âmbito do Estado de São Paulo, incluindo as atividades de recolhimento, custódia, restituição, notificações, atos preparatórios para o leilão e liberação dos veículos leiloados.

3.2. Caberá, obrigatoriamente, à **CONCESSIONÁRIA**, no mínimo, a prestação dos seguintes serviços:

3.2.1.1. Fornecer **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** para registro e controle de todos os chamados de **OPERAÇÕES PROGRAMADAS** ou **OPERAÇÕES URGENTES**, com acesso possibilitado ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**, **PODER CONCEDENTE** e **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** da **CONCESSIONARIA**, na forma deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

3.2.2.2. Fornecer **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS**, com acesso possibilitado ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**, **PODER CONCEDENTE** e **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** da **CONCESSIONARIA**, na forma deste **CADERNO DE ENCARGOS**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

3.2.3.3. Implantação e operacionalização da CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO, na forma deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

3.2.4.4. SERVIÇO DE RECOLHIMENTO que consiste nas atividades de recolhimento dos veículos nas **OPERAÇÕES** realizadas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, DETRAN e DER**, no âmbito do Estado de São Paulo, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos necessários, a realização da vistoria inicial e a realização das notificações pertinentes à esta fase do processo.

3.2.5.5. SERVIÇO DE CUSTÓDIA que consiste nas atividades de guarda e zelo de veículo em **PÁTIO** da **CONCESSIONÁRIA**, decorrente de **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO**, incluindo o cadastro do veículo, a guarda em local apropriado, monitoramento e segurança dos veículos nos **PÁTIOS**, a restituição de veículo para o **CIDADÃO-USUÁRIO**, mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento, e todas as notificações pertinentes a esta fase do processo.

3.2.6.6. SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO que consiste nas atividades de identificação, separação, exposição e avaliação do bem, bem como, a realização de todos os atos preparatórios de leilão.

3.2.7. O objeto da **CONCESSÃO** poderá abranger a prestação dos serviços para qualquer órgão público ou entidade em virtude de convênio ou instrumento congênere celebrado entre esses órgãos e entidades e o **PODER CONCEDENTE** durante o prazo de vigência da **CONCESSÃO**.

3.2.7.1. Existindo convênio ou instrumento congênere a que se refere esta cláusula, deverão ser respeitados os valores das **TARIFAS** aplicáveis ao **LOTE**, bem como todos os termos e condições estabelecidos no **CONTRATO**.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O atendimento ao público no **PÁTIO** deverá ser realizado de segunda a sexta, das 08hs às 17hs e, aos sábados, das 08hs às 12hs, respeitando-se os feriados nacionais,

estaduais e municipais.

4.2. Independentemente do horário de atendimento estipulado, a **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**, a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** e os serviços de recolhimento e recepção dos veículos nos pátios deverão estar disponíveis durante todos os dias do ano, no período de 24hs por dia, ao longo de todo o período de vigência do **CONTRATO**.

4.3. A **CONCESSIONÁRIA** é responsável por assegurar que os serviços sejam prestados por profissionais capacitados, com formação, habilitação e experiências compatíveis com as funções a serem desenvolvidas.

4.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer, aos seus colaboradores, ainda que terceirizados, crachá de identificação, conforme modelo estabelecido pelo **PODER CONCEDENTE**.

4.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá cumprir as orientações do **PODER CONCEDENTE** quanto às atividades que demandem interação e coordenação com o **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** ou demais entidades da Administração Pública.

4.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar informações relativas aos serviços prestados para o **PODER CONCEDENTE** e para a **ARSESP**, sempre que solicitado.

4.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar Serviço de Atendimento ao Cliente nos termos da legislação vigente, disponibilizando, no mínimo, canal telefônico, sítio eletrônico e aplicativo para dispositivos móveis, e outros a critério da **CONCESSIONÁRIA**, para fornecimento de informações ao **CIDADÃO-USUÁRIO** sobre os serviços de recolhimento, custódia e restituição, bem como para recebimento de solicitações, sugestões e reclamações, na forma da legislação vigente.

4.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá informar o **CIDADÃO-USUÁRIO** da existência de seus canais de atendimento, fixando cartazes em locais visíveis nas áreas de maior circulação dos **PÁTIOS**, de forma a garantir a ampla visualização e fácil acesso às informações.

4.9. O canal telefônico e atendimento via chat deve estar disponível de segunda a sexta-

feira, das 8hs às 20hs, e nos sábados das 8hs às 12hs.

4.10. O acesso ao sítio eletrônico e aplicativo deverá estar disponível 24 horas, durante todos os dias do ano.

4.11. As solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA** deverão ser respondidas e, caso possível, solucionadas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir de seu recebimento.

4.12. O **PODER CONCEDENTE** deverá ter acesso aos registros de todas as solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como do andamento do processo de solução ou resposta.

4.13. As solicitações, sugestões e reclamações recebidas pelo **PODER CONCEDENTE** serão encaminhadas à **CONCESSIONÁRIA** que deverá respondê-las e, caso possível, solucioná-las, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir de seu recebimento.

DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA

4.14. Na **ETAPA 2**, na forma do **TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

4.15. O desenvolvimento e a manutenção da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** deverão ser realizados de forma conjunta pelas **CONCESSIONÁRIAS**, sendo as despesas correspondentes rateadas entre elas proporcionalmente ao valor de seus respectivos contratos.

4.16. A arquitetura da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** deverá possibilitar o acesso de multiusuários, com a diferenciação de perfil e nível de acesso do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR, ÓRGÃO DE TRÂNSITO** e outras entidades autorizadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

4.17. A **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** deverá disponibilizar acessos e consultas por meio de Web, Aplicativo Mobile com sistema operacional Android e IOS, ou softwares clientes instalados em computadores e terminais físicos, nas condições indicadas pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

PODER CONCEDENTE.

4.18. O **PODER CONCEDENTE** e a **ARSESP** poderão solicitar acesso à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, indicando o perfil e nível de acesso para cada solicitação, sem restrição de acessos concomitantes e de quantidade de **USUÁRIO DE SISTEMA**.

4.19. O cadastro de **USUÁRIO DE SISTEMA** deverá ser realizado no prazo máximo de 24hs da formalização da solicitação pelo **PODER CONCEDENTE** e pela **ARSESP**.

4.20. A **CONCESSIONÁRIA** deverá desenvolver um plano de capacitação e treinamento, para os **USUÁRIOS DE SISTEMA** indicados pelo **PODER CONCEDENTE** e pela **ARSESP**, sobre as funcionalidades da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

4.21. A instalação, atualização de versão e configuração da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, bem como as despesas decorrentes da instalação, licenças de utilização, configuração, manutenção, atualização de versão e da capacitação e treinamento dos **USUÁRIO DE SISTEMA** serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

4.22. É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** manter a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** plenamente operacional, atualizada e disponível.

4.23. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter os dados das operações dos últimos 5 (cinco) anos ativos nos bancos de dados da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, com possibilidade de consulta aos dados anteriores a partir de funcionalidades de consulta ou recuperação de backups de dados, guardados durante todo o prazo da **CONCESSÃO**.

4.24. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, durante o prazo da concessão, e sempre que solicitado pela **ARSESP** e pelo **PODER CONCEDENTE**, a estrutura de dados, banco de dados, arquivos de backup e registros de *logs* da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, de forma replicada, com atualização automática diária, para efeito de cópia de redundância, em servidor hospedado em local a ser indicado pelo **PODER CONCEDENTE**.

4.25. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, ao **PODER CONCEDENTE** e à **ARSESP**, a documentação técnica da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, acompanhada da transferência de conhecimento referente a esta documentação, sendo que esta documentação deverá ser constantemente atualizada.

4.26. A disponibilização da documentação técnica, ao **PODER CONCEDENTE** e à **ARSESP**, deverá ocorrer sempre que houver manutenção evolutiva e/ou corretiva da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** ou sempre que solicitado pelo mesmo.

4.27. Cada parte interessada, **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**, arcará com os gastos decorrentes da integração de seus sistemas.

4.28. Os gastos com integração imputados à **CONCESSIONÁRIA** serão rateados na proporcionalidade estabelecida no edital.

5. DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO

6.1 A **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** conterà funcionalidades para atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a.** Agendamento de operação para cadastramento de chamados em cada **OPERAÇÃO**.
- b.** Mensageria de chamado para **CONCESSIONÁRIA**.
- c.** Acolhimento de chamado para **CONCESSIONÁRIA**.
- d.** Indicação de operador(es) e equipamento(s) de remoção da **CONCESSIONÁRIA** que foram alocados às **OPERAÇÕES**.
- e.** Controle de data e hora da chegada do operador e do equipamento de recolhimento no **LOCAL DA OPERAÇÃO**.
- f.** Conclusão de chamado do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** pela **CONCESSIONÁRIA**, com a inserção de data e hora que os veículos chegaram ao **PÁTIO**.
- g.** Consulta de Chamado com todos os dados e registros do chamado de cada **OPERAÇÃO**.
- h.** Ocorrências do chamado com o registro de ocorrências no chamado para cada **OPERAÇÃO**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

i. Relatórios de chamados abertos e encerrados, com indicação de data/hora, veículos previstos e veículos recolhidos, com possibilidade de seleção, combinada ou não, de demandante, **DOMÍNIO**, **LOTE**, local de operação, período e quaisquer outras informações demandadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

j. Registros dos acessos aos serviços de cadastramento, acolhimento, alteração e cancelamento de chamados, de inserção e alteração de dados de operador(es) e equipamento(s) de remoção, com identificação do **USUÁRIO DE SISTEMA**, data e horário do acesso.

5.2. O Serviço de agendamento de operação deverá ser disponibilizado pela **CONCESSIONÁRIA** por meio de aplicativo, sítio eletrônico e canal telefônico 0800, com controle único e centralizado de todos os chamados e agendamentos realizados na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**, inclusive com registro do demandante da **OPERAÇÃO** de trânsito, data e hora da solicitação, bem como o registro do operador da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** da **CONCESSIONÁRIA** que recebeu o chamado, com data e hora do acolhimento do chamado.

5.3. O Serviço de agendamento de operação atenderá a **OPERAÇÃO PROGRAMADA** ou a **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA**, podendo ser demandado pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**, **ÓRGÃO DE TRÂNSITO** ou outro ente conveniente com este nos termos da letra 3.2.7 do subitem 3.2.7.

5.4. O serviço de agendamento de operação consiste na abertura de chamado contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a. **DOMÍNIO**.

b. Tipo de **OPERAÇÃO**, se **OPERAÇÃO PROGRAMADA** ou **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA**.

c. **LOCAL DA OPERAÇÃO**, identificação exata do local onde ocorrerá a **OPERAÇÃO** para o encaminhado dos serviços de recolhimento pela **CONCESSIONÁRIA**.

d. **LOTE**, identificação da **CONCESSIONÁRIA** responsável no município do **LOCAL**

DE OPERAÇÃO.

- e. Previsão da quantidade e tipo de veículos – motocicletas, veículos leves e veículos pesados – a serem recolhidos na **OPERAÇÃO**.
- f. Data e hora para o caso de **OPERAÇÃO PROGRAMADA**.
- g. Dados do demandante com identificação e dados do responsável que solicitou a **OPERAÇÃO**.
- h. Dados do **USUÁRIO DE SISTEMA** que registrou a abertura do chamado incluindo data e hora de cadastramento.
- i. Outras informações relevantes para a adequada execução dos serviços de remoção e custódia do(s) veículo(s).

5.5.1. Após o registro do chamado para a **OPERAÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** receberá o comunicado por meio de serviço de mensageria de chamado que poderá ser via e-mail com endereço exclusivo para este serviço, por meio de WhatsApp, SMS ou aplicativo, ou por funcionalidade de consulta de chamados disponível na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**, tendo a obrigação de acolher o chamado em até 5 minutos para **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA** e até 12 horas para **OPERAÇÃO PROGRAMADA**.

5.6.2. Caso a **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** ainda não esteja implementada, os registros devem ser realizados por meio de controles internos e relatórios diários que serão compartilhados com o **PODER CONCEDENTE**.

5.7. No caso de chamado de **OPERAÇÃO PROGRAMADA** este deve ser efetuado à **CONCESSIONÁRIA** com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência por meio do serviço de agendamento de operação para que a **CONCESSIONÁRIA** possa viabilizar os serviços de recolhimento e custódia suficientes e adequados para a previsão de veículos recolhidos na **OPERAÇÃO**.

5.8. No caso de chamado de **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA** realizado por meio do serviço de agendamento de operação este deve ser atendido pela **CONCESSIONÁRIA** em até 45



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

(quarenta e cinco) minutos quando se tratar de **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** de veículos em área urbana e 60 (sessenta) minutos em rodovias e estradas monitoradas pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

5.9. Após o acionamento do serviço de agendamento de operação, a **CONCESSIONÁRIA** deve informar os dados dos operadores e equipamentos de remoção que foram alocados para a realização do serviço no chamado registrado na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** permitindo a consulta do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** no momento da chegada do operador.

5.10. Alteração ou cancelamento de chamado junto à **CONCESSIONÁRIA** para a realização de **OPERAÇÃO PROGRAMADA** pode ser realizado em até 2 (duas) horas da data e hora do agendamento informado, viabilizando que a **CONCESSIONÁRIA** dispense e/ou redirecione os operadores e equipamentos de remoção para outros atendimentos.

5.11. Cabe ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** reportar na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**, as ocorrências em que:

- a.** O operador do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** não seja o mesmo indicado no chamado registrado, não esteja devidamente habilitado ou em condições físicas ou de saúde para concluir a remoção.
- b.** O equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** não seja o mesmo indicado no chamado registrado ou não esteja em boas condições de uso e conservação, oferecendo riscos de segurança no transporte do veículo.

5.12. O controle de chegada do equipamento de recolhimento ao **LOCAL DA OPERAÇÃO** será realizado pela **CONCESSIONÁRIA**.

5.13. Este serviço poderá ser disponibilizado por meio de funcionalidade de check-in do operador no momento da chegada ao **LOCAL DA OPERAÇÃO**, em aplicativo integrado à **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**.

5.14. O check-in deve ser realizado com o registro das coordenadas geográficas e/ou foto do equipamento de recolhimento no local com identificação de data e hora.

5.15. Nas situações em que não tenha cobertura de serviços de telecomunicação

disponível no **LOCAL DA OPERAÇÃO**, caberá a **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR** informar ao **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** os dado(s) do operador(es) e equipamento(s) de remoção alocados para a realização do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** cadastrado(s) na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**.

5.16. A **CONCESSIONÁRIA** deverá atender todas as **OPERAÇÕES** abertas por meio de chamado na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** de seu **LOTE**, não podendo se omitir a realiza-las.

5.17. Todos os registros de inclusão, alteração e cancelamento de chamado de **OPERAÇÕES** devem ser realizados na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**.

5.18. O ato de recolhimento encerra-se com a chegada do veículo ao **PÁTIO** e a conclusão do chamado na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** mediante a inserção dos seguintes dados complementares na plataforma:

- a. Os números identificadores do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** lavrados para o chamado.
- b. A data e hora que cada veículo recolhido chegou no **PÁTIO**.
- c. Dados do **USUÁRIO DE SISTEMA** que registrou a conclusão do chamado incluindo data e hora de cadastramento.
- d. Ocorrências geradas no decorrer da execução do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** até a chegada para custódia no **PÁTIO**.

6. DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS

6.1. A **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** conterá funcionalidades para atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a. Registro da chegada no **PÁTIO** contendo data, hora, identificação do motorista e placa do equipamento de recolhimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

- b. Registro dos dados do veículo e **CIDADÃO-USUÁRIO** contendo, no mínimo, placa do veículo, tipo de veículo, marca, modelo, RENAVAM, ano do veículo, nome completo do **CIDADÃO-USUÁRIO**, CPF/CNPJ.
- c. Registro do checklist do estado físico de cada veículo recolhido, incluindo o registro dos números de chassi e motor, com possibilidade de adição de até 20 (vinte) imagens do veículo recolhido.
- d. Registro de ocorrências com o veículo recolhido e sob custódia da **CONCESSIONÁRIA** em seus **PÁTIOS**, na forma de textos e imagens e com identificação da data, horário e responsável pelo registro.
- e. Registro da restituição do veículo, contendo data, hora e responsável por recebimento.
- f. Registro das notificações efetuadas e encaminhadas ao **CIDADÃO USUÁRIO**.
- g. Registro das notificações necessárias para a realização de leilões.
- h. Registro de bloqueios administrativos, judiciais e policiais sobre o veículo.
- i. Registro da avaliação do veículo levado a Leilão, com possibilidade de adição de laudos, imagens e valor venal atribuído.
- j. Registro de lotes de Leilão de veículos por modalidade de Leilão.
- k. Registro da publicação do Leilão dos veículos.
- l. Registro do resultado da alienação do veículo em Leilão, contendo os dados do comprador e valor da venda do veículo.
- m. Registro da transferência do veículo para o comprador nas situações de alienação em leilão de veículos destinados à circulação.
- n. Registro da baixa do veículo nas situações de alienação em leilão de veículos classificados como sucatas.
- o. Registro da prestação de contas do Leilão realizado.
- p. Registro de logs das transações realizadas no sistema, com identificação do

USUÁRIO DE SISTEMA, data, horário e transação efetuada.

7. DA CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO

7.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter uma **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**, com disponibilidade de recebimento de chamadas telefônicas e/ou eletrônicas em funcionamento 24hs por dia, 07 (sete) dias da semana.

7.2. A **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**, ou o **PÁTIO**, da **CONCESSIONÁRIA**, deverá encerrar os chamados por meio de **SERVIÇO DE CONCLUSÃO DE CHAMADO** disponível na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO**.

7.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar canal de comunicação com o **CIDADÃO-USUÁRIO**, por meio de aplicativo, sítio eletrônico, serviços de mensageria e canal telefônico 0800, para que ele possa acompanhar a localização do veículo em custódia pelo **PÁTIO** e obter informações de prazo de custódia, valor dos débitos do veículo incluindo os devidos diretamente à **CONCESSIONÁRIA**, horários de atendimento e orientações sobre procedimentos para restituição do veículo.

7.4. Todo o contato realizado com o **CIDADÃO-USUÁRIO** será registrado pela **CONCESSIONÁRIA**, contendo:

- a. geração e registro de protocolo.
- b. identificação de solicitação, sugestão, reclamação ou elogio realizado pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.
- c. identificação do canal de atendimento utilizado pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.
- d. nome do atendente que efetuou o atendimento.
- e. data e hora do início e término do atendimento efetuado pelo atendente ou canal de atendimento.
- f. informação requerida pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

g. respostas e orientações efetuadas ao **CIDADÃO-USUÁRIO**.

7.5. Os atendimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA**, quando não puderem ser respondidos no ato, devem observar o prazo máximo de resposta previsto no item 4.13.

7.6. Os atendimentos realizados pelo canal telefônico 0800 devem ser gravados e as gravações deverão ficar armazenadas pela **CONCESSIONÁRIA** e disponíveis por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

7.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar relatório mensal ao **PODER CONCEDENTE** e à **ARSESP** dos atendimentos realizados ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, contendo o registro das solicitações, sugestões e reclamações recebidas pela **CONCESSIONÁRIA**, com o competente encaminhamento.

7.8. Caso a **ARSESP** edite norma específica sobre atendimentos aos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**, a regulação da agência deverá prevalecer sobre o regramento deste **ANEXO**.

8. DAS FALHAS DE SISTEMAS

8.1. A **CONCESSIONÁRIA** deve manter registro das eventuais indisponibilidades e falhas da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** e de sistemas do **PODER CONCEDENTE**, contendo a identificação do sistema, data, horário, período em que ficou indisponível, classificando a falha, e registrando o prazo de solução, conforme indicado a seguir:

8.1.1. Falha A: falha que não interfira na operação dos **PÁTIOS**, mas afete funcionalidades como emissão de relatórios, cadastro de **USUÁRIO DE SISTEMA** e liberação de acessos.

8.1.2. Falha B: falha que interfira na operação dos **PÁTIOS**.

8.2. A solução de falhas deve ser realizada conforme a tipologia, nos seguintes prazos:

8.2.1. Falha A: prazo de até 24 horas.

8.2.2. Falha B: prazo de até 8 horas.

8.3. Caso não seja possível a restituição do veículo em virtude da ocorrência de qualquer falha, não serão devidas as diárias pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** durante o período em que

perdurar a falha, sendo o custo suportado pela **CONCESSIONÁRIA** ou pelo **PODER CONCEDENTE**, de acordo com o sistema que originar a falha.

8.3.1. Sendo a falha originada em sistema fornecido pela **CONCESSIONÁRIA**, esta suportará o custo ocorrido.

8.3.2. Sendo a falha originada em sistema fornecido pelo **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** descontará o custo ocorrido do pagamento da outorga variável anual.

8.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar “**Plano de Contingências**” para os casos de inoperância, total ou parcial, da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, o qual deverá ser apresentado juntamente com o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** da **ETAPA 2**.

8.5. O “**Plano de Contingências**” deverá prever ações de contingência que a **CONCESSIONÁRIA** efetuará nos casos de:

8.5.1. Suspensão dos serviços de energia elétrica.

8.5.2. Suspensão dos serviços de telecomunicação.

8.5.3. Situações de calamidade pública.

8.5.4. Recuperação de backups de dados.

8.5.5. Indisponibilidade de acesso ao sistema, aplicativos e serviços de mensageria.

8.5.6. Necessidade de atualização de versão de sistema, aplicativos, serviços de mensageria e integrações com outros serviços e sistemas do **PODER CONCEDENTE**.

8.5.7. Quaisquer situações que possam comprometer prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO**.

8.6. O “**Plano de Contingências**” será homologado e autorizado pelo **PODER CONCEDENTE**, até 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

9. DO SERVIÇO DE RECOLHIMENTO

9.1. O **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** deverá ser prestado com eficiência e segurança,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

de forma a preservar as condições do veículo no momento do recolhimento até a sua chegada no **PÁTIO**.

9.2. O transporte dos veículos recolhidos aos **PÁTIOS** deverá ser realizado, pela **CONCESSIONÁRIA**, por meio de equipamentos de recolhimento do tipo guinchos (pesado, médio e leve), caminhões cegonha, caminhões ou caminhonetes para transporte de motocicletas, equipados com um sistema de comunicação (rádio comunicação, celular, etc), bem como dispositivos móveis com câmeras fotográficas.

9.3. Ficará a critério da **CONCESSIONÁRIA** dimensionar a quantidade necessária de equipamentos de recolhimento, levando em consideração a previsão de quantidade e tipo de veículos que serão objeto de recolhimento na **OPERAÇÃO**.

9.4. Os equipamentos de recolhimento deverão ser mantidos em adequado estado de conservação, com itens de segurança integralmente em funcionamento e com licenciamento atualizado de acordo com a legislação de trânsito.

9.5. Os equipamentos de recolhimento fornecidos pela **CONCESSIONÁRIA**, deverão ter a identificação visual em formato definido pelo **PODER CONCEDENTE**.

9.6. Todos os equipamentos de recolhimento a serem utilizados para prestação do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** deverão dispor de sistema de rastreamento enquanto estiverem prestando serviços no âmbito da **CONCESSÃO**, possibilitando a sua localização em tempo real, pela **CONCESSIONÁRIA** e pelo **PODER CONCEDENTE**, via funcionalidade disponível na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

9.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a chegada do equipamento de recolhimento ao **LOCAL DE RECOLHIMENTO**, após o seu acionamento pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, feita por meio da interface da **SOLUÇÃO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO DE REMOÇÃO**, nos tempos máximos previstos no item 5.8.

9.8. A autuação do veículo nas **OPERAÇÕES DE TRÂNSITO** realizada pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** antecede o **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** e será integrado à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

9.9. Quando da ocorrência de **OPERAÇÃO DE URGÊNCIA**, cabe ao **AGENTE DE**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

AUTORIDADE DE TRÂNSITO ou **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR** efetuar o chamado para a **CONCESSIONÁRIA** do **LOTE**, por meio de aplicativo ou site integrado à **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** ou canal telefônico 0800.

9.10. O AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, no momento da chegada do operador e equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA**, confirmará a sua identificação, registrando a data e horário da chegada do equipamento de recolhimento no **LOCAL DA OPERAÇÃO**.

9.10.1. A confirmação da identificação do operador e equipamento de recolhimento pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** poderá ser efetuada por consulta à **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE REMOÇÃO E RECOLHIMENTO** via aplicativo, ou canal telefônico 0800 e, em caso de ausência de serviços de telecomunicação, via rádio com a **CENTRAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**.

9.10.2. Após a confirmação do operador e equipamento de recolhimento, o **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** emitirá o **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO - TRV** indicando os dados do operador e equipamento de recolhimento, bem como o **PÁTIO** de destino do veículo a ser recolhido.

9.10.3. O **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** deverá ser assinado: (i) pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** responsável pela remoção; (ii) pelo operador de remoção a serviço da **CONCESSIONÁRIA**; e, (iii) pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, quando possível.

9.10.4. A emissão do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** é a autorização para o operador de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** iniciar o **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** do veículo e conterá a data e hora de chegada do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** no **LOCAL DA OPERAÇÃO**.

9.11. A partir do **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**, o operador do equipamento de recolhimento a serviço da **CONCESSIONÁRIA** realizará a Vistoria Inicial, registrando na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** eventuais divergências ou omissões não observadas no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO –TRV**.

9.12. A vistoria inicial deverá ser feita com a utilização de dispositivo móvel, com validação de *checklist* das condições do veículo, registro fotográfico contendo imagens externas e internas, numeração de chassi e motor, placa de identificação, painel, pertences e documentos, conforme estabelecido em procedimento normativo pelo **PODER CONCEDENTE**.

9.13. Os objetos pessoais encontrados no interior da cabine ou do porta-malas do veículo deverão ser retirados pelo seu condutor no momento anterior ao recolhimento do veículo ou, no caso de impossibilidade, deverão ser guardados e lacrados (lacs numéricos) em uma ou mais sacolas feitas de material resistente à violações, sempre na presença do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** e, quando possível, do condutor.

9.13.1. É de responsabilidade do **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO** registrar a existência de bens pessoais no interior do veículo a ser removido no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**.

9.13.2. Quando da impossibilidade de registro da existência de bens pessoais no interior do veículo no **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV**, o operador do equipamento de recolhimento da **CONCESSIONÁRIA** deverá registrar a existência dos bens na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

9.14. O condutor deverá ser notificado pela **CONCESSIONÁRIA**, no ato de recolhimento do veículo, quando possível, sobre as providências necessárias à restituição dos objetos pessoais, bem como sobre a localização do **PÁTIO** para onde seu veículo será removido.

9.14.1. Será facultado a **CONCESSIONÁRIA** direcionar os veículos recolhidos para qualquer **PÁTIO PRINCIPAL** dentro do seu **LOTE**, desde que observado os percentuais de atendimento estabelecidos no **Anexo 3 – INDICADORES DE DESEMPENHO**.

9.15. Caso o **CIDADÃO-USUÁRIO** não esteja presente ou se recuse a assinar o **TERMO DE RECOLHIMENTO DO VEÍCULO – TRV** no momento da recolhimento do veículo, a **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data do recolhimento, deverá expedir a notificação ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, para que, no prazo de até 60 (sessenta) dias,

a contar da data de recolhimento, efetue o pagamento dos débitos e promova a retirada do veículo, sob pena de alienação do veículo por Leilão.

9.15.1. A notificação devolvida por desatualização do endereço do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

9.15.2. Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a **CONCESSIONÁRIA** elaborará a minuta do Edital de Notificação que será publicado pelo **PODER CONCEDENTE**, a partir do qual passará a contar o prazo para a alienação por Leilão.

9.16. O recolhimento terá como marco inicial a colocação de, pelo menos, um dos patins no veículo a ser recolhido ou a retirada de uma das rodas do solo, momento a partir do qual o **CIDADÃO-USUÁRIO** só poderá reaver seu veículo no **PÁTIO** ao qual foi recolhido.

9.17. Os custos de recolhimento dos veículos serão integralmente suportados pela **CONCESSIONÁRIA** e remunerados pela **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, independentemente do grau de complexidade do serviço.

9.18. A partir do início do recolhimento até a restituição ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, a entrega para o arrematante em leilão, ou a entrega à autoridade responsável pela restrição criminal, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável por qualquer tipo de dano causado ao veículo, devendo indenizar a quem tem direito por todo o prejuízo verificado.

9.19. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a adoção das providências de que tratam os §§ 14 e 15 do artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro para os casos de veículos que tiverem restrição judicial.

9.20. Os veículos com restrições policiais não serão recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**. Caso essas restrições sejam identificadas somente na chegada ao **PÁTIO**, a **CONCESSIONÁRIA** removerá o veículo para o local indicado pela autoridade responsável pelo registro, sem custos para o **PODER CONCEDENTE**, para a autoridade responsável pelo registro ou para o **CIDADÃO-USUÁRIO**, não sendo devida a **TARIFA DE RECOLHIMENTO** ou **TARIFA DE CUSTÓDIA**.

9.21. Outros veículos não registrados, tais como bicicletas, patinetes, carroças,

etc, não serão recolhidos e armazenados nos **PÁTIOS** da **CONCESSIONÁRIA**.

10. DO SERVIÇO DE CUSTÓDIA

10.1. O **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** inicia-se com a entrega do veículo no respectivo **PÁTIO PRINCIPAL** e termina com sua restituição ao **CIDADÃO-USUÁRIO** ou entrega para o arrematante em leilão ou à autoridade responsável pela restrição criminal.

10.2. O **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** contempla, também, a disponibilização de estrutura administrativa para a realização dos serviços e local para atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO**.

10.3. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão estar disponíveis para o recebimento de veículos recolhidos em todos os dias do ano, inclusive domingos e feriados, durante 24hs por dia, conforme estabelecido no item 4.2 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

10.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, quando da entrada do veículo no **PÁTIO**:

10.4.1. Realizar Vistoria de Entrada, verificando conformidade com as informações já inseridas na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** quando da “**Vistoria Inicial**”, nos termos do item **9.12** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

10.4.2. Registrar, com fotos e texto descritivo, divergências entre os itens e fotos já registrados no momento da Vistoria Inicial, caso haja; e

10.4.3. Conferir o lacre da(s) sacola(s) contendo os objetos pessoais e demais pertences, nos termos do item **9.13** deste **CADERNO DE ENCARGOS**, guardando os pertences existentes até posterior entrega ao seu proprietário ou no caso de doação, conforme estabelecido na letra **12.3.1** do subitem **12.3.1** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

10.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a plena integridade física dos veículos durante a custódia nos seus **PÁTIOS**, os quais deverão permanecer nas mesmas condições em que chegaram ao **PÁTIO** durante todo o período de custódia, conforme vistorias realizadas e registradas na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

10.6. Os veículos elétricos deverão ser armazenados adequadamente, em

conformidade com as regras de segurança expedidas pelo **PODER CONCEDENTE**.

10.7. Os **PÁTIOS** deverão contar com toda infraestrutura necessária para atendimento, com local apropriado para espera, devendo o **CIDADÃO-USUÁRIO** receber o primeiro atendimento no prazo máximo de 20 minutos após sua chegada ao estabelecimento.

10.7.1. As áreas de atendimento e administração deverão ser confortáveis para os funcionários e demais usuários das instalações.

10.7.2. O atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO** deverá ser realizado por pessoa uniformizada e identificada por crachá, devendo ser preservadas as normas de cordialidade, educação e probidade exigidas para o serviço público em geral.

10.7.3. Nos locais de atendimento ao público, a **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar meios eletrônicos para que o **CIDADÃO-USUÁRIO** avalie a prestação do serviço e possibilite a abertura de chamado em caso de reclamação.

10.7.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar meios para medição do tempo de espera do **CIDADÃO-USUÁRIO**, da sua chegada ao seu primeiro atendimento, devendo esses registros permanecerem armazenados na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** para fins de extração de relatórios.

10.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá liberar o veículo para retirada, desde que:

10.8.1. Estejam pagos todos os débitos obrigatórios, com a consequente regularização documental.

10.8.2. O condutor apresente documento de identificação com foto, Carteira Nacional de Habilitação válida e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e, se não for o proprietário, procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes para retirar o veículo.

10.8.3. Sejam pagos os valores devidos à **CONCESSIONÁRIA** a título de **TARIFA DE RECOLHIMENTO** e **TARIFA DE CUSTÓDIA**, nos termos do **TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

10.9. A verificação de todos os documentos necessários para a retirada é de

responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que deverá guardar cópia digitalizada na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** para consultas e eventuais auditorias.

10.10. A verificação de pagamento dos débitos obrigatórios de que trata a letra 10.8.1 do subitem 10.8.1 será realizada por consulta a informações eletrônicas fornecidas pelo **PODER CONCEDENTE**.

10.11. Os valores decorrentes do **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** e do **SERVIÇO DE CUSTÓDIA** deverão ser pagos, pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, diretamente à **CONCESSIONÁRIA**, no montante calculado e informado pela **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS**, mediante arrecadação na rede bancária, pix ou por cartão de crédito ou débito, sendo vedado o recebimento em espécie.

10.11.1. O recebimento por cartão de crédito, à vista ou parcelado, se dará a critério da **CONCESSIONÁRIA**, não sendo permitida a cobrança de nenhuma taxa adicional do **CIDADÃO-USUÁRIO** para pagamentos à vista.

10.12. Será obrigatória a disponibilização das notas fiscais dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, no momento da retirada dos veículos dos **PÁTIOS**.

10.13. A retirada dos veículos nos **PÁTIOS** está condicionada ao reparo, pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento, conforme disposto no § 2º do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro.

10.14. Se o referido reparo demandar providências que não possam ser tomadas nos **PÁTIOS**, a **CONCESSIONÁRIA** liberará o veículo, na forma transportada, para reparo, mediante comunicação eletrônica via **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** ao **PODER CONCEDENTE**, nos termos do § 3º do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro.

10.14.1. Na hipótese do item 10.14, caso a entrada de equipamentos do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou de seu(s) contratado(s) para recolhimento e transporte do veículo não seja possível, a **CONCESSIONÁRIA** deverá adotar as providências para disponibilizar o veículo em local acessível pelo equipamento do **CIDADÃO-USUÁRIO** ou de seu(s) contratado(s), sem qualquer ônus adicional ao **CIDADÃO-USUÁRIO** ou ao **PODER CONCEDENTE**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

10.15. Apresentados todos os documentos, a **CONCESSIONÁRIA** verificará se estes foram digitalizados e anexados à **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** e, após a **Vistoria de Restituição**, restituirá o veículo ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, registrando sua saída.

10.15.1. A **Vistoria de Restituição** será realizada pelo funcionário da **CONCESSIONÁRIA**, na presença do **CIDADÃO-USUÁRIO**, devendo ser registrando na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** quaisquer divergências com vistorias anteriores.

10.16. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo reparo ou ressarcimento pelos danos materiais causados durante a prestação dos serviços, incluídas as hipóteses de perda total, furto ou roubo, ficando o **PODER CONCEDENTE** isento de qualquer ônus.

10.16.1. As ocorrências de danos materiais que demandem eventual reparo ou ressarcimento deverão ser registradas pela **CONCESSIONÁRIA** na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS**, dentro do prazo de 48 horas após a constatação do dano.

10.16.2. A **CONCESSIONÁRIA** poderá realizar o reparo por sua própria conta e risco, ou acionar franquia de seguro contratado, devendo iniciar a reparação ou acionar o seguro em período de até 7 (sete) dias corridos da constatação do dano.

10.16.3. O referido reparo não deverá exceder o período de 30 (trinta) dias corridos para sua finalização e entrega do veículo ao proprietário, nas condições em que foi recolhido ao **PÁTIO**.

10.16.4. No caso de impossibilidade de retirada do veículo em razão da necessidade de reparos pela **CONCESSIONÁRIA**, não incidirá a **TARIFA DE CUSTÓDIA** pelo tempo do reparo.

10.16.5. No caso de perda total do veículo, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável por arcar com a respectiva indenização, a qual deverá ser paga em até 30 (trinta) dias corridos após sua constatação.

11. DO SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO

11.1. Decorrido o prazo previsto no artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro, o veículo

recolhido estará apto para alienação por meio de Leilão.

11.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar a Leilão, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, todos os veículos recolhidos nos **PÁTIOS**, que não tenham sido retirados pelo **CIDADÃO-USUÁRIO** dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do seu recolhimento.

11.3. Compete ao **PODER CONCEDENTE** autorizar a realização do Leilão, bem como a escolha do Leiloeiro Oficial ou Administrativo, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** a realização dos atos preparatórios do Leilão.

11.3.1. Os atos preparatórios serão iniciados após 42 (quarenta e dois) dias contados do recolhimento do veículo, devendo estar concluídos até o prazo previsto no item 11.2.

11.4. O **SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO** compreende as seguintes atividades:

11.4.1. Identificar, classificar e avaliar os veículos de acordo com os parâmetros fornecidos pelo **PODER CONCEDENTE**.

11.4.2. Realizar todas as notificações necessárias.

11.4.3. Identificar débitos, ônus e restrições, de qualquer natureza, incidentes sobre os veículos, para fins do Leilão, inclusive para subsidiar o **PODER CONCEDENTE** na tarefa de encaminhamento dos pedidos de desvinculação dos referidos ônus e débitos.

11.4.4. Elaborar o cronograma de Leilões e submetê-los à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

11.4.5. Comunicar ao **PODER CONCEDENTE** a relação dos bens aptos à leilão, contendo a classificação da modalidade de Leilão que o bem foi enquadrado.

11.4.6. Disponibilizar, nos **PÁTIOS**, área apropriada para visitação dos veículos a serem leiloados.

11.4.7. Manter sob sua guarda, os bens a serem leiloados e liberá-los aos arrematantes indicados pelo Leiloeiro, sem prejuízo do leiloeiro e seus prepostos vistoriarem os bens depositados.

11.4.8. Prestar ao Leiloeiro as informações necessárias para a execução da venda.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

11.4.9. Executar os demais atos preparatórios necessários para a realização do Leilão.

11.4.10. Disponibilizar todas as informações necessárias para a realização do Leilão e atos subsequentes em arquivos eletrônicos de acordo com a formatação exigida pelo **PODER CONCEDENTE**.

11.5. A classificação dos veículos se dará em 04 (quatro) categorias, de acordo com regulamentações do **PODER CONCEDENTE** e na legislação pertinente, a saber:

11.5.1. Circulação: quando o veículo apresenta condições de segurança para trafegar em vias públicas.

11.5.2. Sucata aproveitável: aquela cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo – registro VIN.

11.5.3. Sucata inservível: aquela transformada em fardos metálicos, por processo de prensagem ou trituração, sendo desnecessária a inutilização de placas e numeração do chassi quando a prensagem ocorrer em local supervisionado pelo órgão responsável pelo leilão.

11.5.4. Sucatas aproveitável com motor inservível: aquela cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo – registro VIN.

11.6. A avaliação do veículo a ser leiloadado será realizada pela **CONCESSIONÁRIA**, utilizando como referência o valor constante das tabelas FIPE ou MOLICAR, outra indicada pelo **PODER CONCEDENTE** ou a que vier a substituí-las, e levando em consideração os seguintes aspectos:

11.6.1. De implementos, acessórios e equipamentos obrigatórios faltantes ou instalados.

11.6.2. O valor médio de comercialização regional.

11.6.3. A depreciação do bem em razão de avarias.

11.6.4. O estado de conservação geral.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

11.6.5. O potencial de recuperabilidade para circulação (incluindo gastos com peças e mão de obra qualificada por metodologia que contemple a média da tabela temporária de referidos itens).

11.6.6. O potencial de revenda para o segmento de desmonte de veículos.

11.6.7. O potencial de revenda como inservível (sucata).

11.6.8. Outros fatores que se apresentarem pertinentes ou contribuam para a correta definição do valor do bem.

11.7. A vistoria de identificação do veículo será formalizada por laudo firmado por profissional treinado pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com as orientações fornecidas pelo **PODER CONCEDENTE**.

11.8. O laudo conterá, no mínimo:

11.8.1. Número do laudo.

11.8.2. Data de emissão e validade.

11.8.3. Nome e CPF/ CNPJ do atual proprietário do veículo, município e unidade federativa de registro do veículo.

11.8.4. Dados do veículo: placa, RENAVAM, fabricante, marca/modelo, cor, ano de fabricação, ano de modelo, tipo de veículo, tipo de carroceria, espécie, combustível, número de passageiros, potência número de motor e chassi, quilometragem e, no que for aplicável, capacidade de carga, cilindrada, capacidade máxima de tração e peso bruto total.

11.8.5. Fotos em alta resolução do veículo em número suficiente para demonstrar o estado de conservação do bem, sendo, no mínimo, duas fotos dianteiras de diferentes ângulos, duas fotos traseiras de diferentes ângulos, duas fotos de cada lateral de diferentes ângulos, foto do lacre da placa, foto do número do chassi, foto do número do motor, foto do hodômetro e, se aplicável, fotos internas e foto da gravação de vidros.

11.9. Os veículos classificados como **sucata aproveitável** serão leiloados para desmontagem, sem a possibilidade de voltar à circulação e sem direito a documentação, devendo ser descaracterizados (pinagem dos caracteres identificadores do chassi e recorte



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

da placa) pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com orientações do **PODER CONCEDENTE**.

11.9.1. Deverá ser emitido laudo fotográfico que comprove que a identificação do chassi foi descaracterizada no local, através de procedimento realizado pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com orientações do **PODER CONCEDENTE**, com a respectiva inserção do laudo na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS**.

11.10. O **PODER CONCEDENTE** poderá reclassificar o veículo ou alterar seu valor de avaliação, levando em conta os princípios da economicidade, celeridade processual, eficiência, além da previsão legal contida no artigo 328, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.

11.11. Todas as baterias e placas dos veículos leiloados nas modalidades **Sucata aproveitável** e **Sucata inservível**, deverão ser retiradas, separadas, identificadas, armazenadas e destinadas conforme definição do **PODER CONCEDENTE**.

11.12. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar local separado e apropriado para os procedimentos de descontaminação dos veículos, de acordo com as especificações indicadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

12. DO LEILÃO

12.1. O Leilão será realizado por Leiloeiro Oficial ou Administrativo, a ser indicado pelo **PODER CONCEDENTE**.

12.2. A execução do leilão dos veículos sempre será precedida de ato formal emanado pelo **PODER CONCEDENTE** e/ou **DOMÍNIO** à **CONCESSIONÁRIA**.

12.3. Caberá a **CONCESSIONÁRIA** a entrega do veículo leilado ao arrematante indicado na ata de Leilão ou na Carta de Arrematação.

12.3.1. Os objetos pessoais de que trata o item 9.13, caso não sejam retirados pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, poderão ser doados para entidades sem fins econômicos e lucrativos e que tenham por finalidade a assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, saúde e geração de renda.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILÃO

13.1. A prestação de contas do leilão será responsabilidade do Leiloeiro Oficial ou Administrativo, nos prazos e formas indicados pelo **PODER CONCEDENTE**.

13.2. Não será devido à **CONCESSIONÁRIA** qualquer valor compensatório pelo **PODER CONCEDENTE** caso a receita obtida com a alienação de veículo através de leilão não seja suficiente a cobrir os custos relativos à **REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO**, às **TARIFAS DE RECOLHIMENTO** e de **CUSTÓDIA**.

13.3. Sendo insuficiente o valor arrecadado para quitar os débitos incidentes sobre o veículo em relação a **REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO** e as **TARIFAS DE RECOLHIMENTO** e de **CUSTÓDIA**, a **CONCESSIONÁRIA**, por sua própria iniciativa e responsabilidade, poderá buscar a satisfação da dívida perante o **CIDADÃO-USUÁRIO** do veículo.

13.3.1. A cobrança de dívidas perante o **CIDADÃO-USUÁRIO** deverá obedecer às disposições legais vigentes, atinentes às regras de direito civil, sendo vedada a utilização de qualquer meio vexatório e a utilização da titularidade do **PODER CONCEDENTE** para sua execução.

13.3.2. Não será atribuível ao **PODER CONCEDENTE** as verbas sucumbenciais ou qualquer responsabilidade por eventual dano material ou moral gerado pela **CONCESSIONÁRIA** face a cobrança prevista na letra 13.3.1 no item 13.3.1.

14. DOS VEÍCULOS RECOLHIDOS POR PÁTIOS CREDENCIADOS

14.1. Os veículos recolhidos e em custódia nos pátios credenciados pelo **PODER CONCEDENTE** até o início da operação do **LOTE** não estão incluídos no objeto da **CONCESSÃO**.

TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA

15. DA POLÍTICA TARIFÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

15.1. A Política Tarifária é o regramento aplicado à forma, momento e condições de cobrança de **TARIFAS** pela prestação dos serviços, pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito da **CONCESSÃO**.

15.2. Serão cobradas, na forma deste **CADERNO DE ENCARGOS**, **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, **TARIFA DE CUSTÓDIA** e **REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO**.

15.2.1. TARIFA DE RECOLHIMENTO - valor pago a título de remuneração pelo **SERVIÇO DE RECOLHIMENTO** dos veículos indicados pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

15.2.2. TARIFA DE CUSTÓDIA - valor pago a título de remuneração pela custódia dos veículos recolhidos em **PÁTIOS**.

15.2.3. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO - representará a totalidade do custeio dos **SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO LEILÃO** por veículo efetivamente vendido, os quais serão ressarcidos nos termos do § 6º do artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

15.3. O valor das receitas referidas no item 15.2 será reajustado anualmente, na data de aniversário do **CONTRATO**, pela variação acumulada do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, divulgado pelo **IBGE**.

15.3.1. Caso a apuração do **IPCA** seja suspensa, utilizar-se-á o indicador que o venha a substituir e represente o percentual inflacionário do período.

15.4. A **TARIFA DE RECOLHIMENTO** e a **TARIFA DE CUSTÓDIA** serão calculadas pela **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** e pagas diretamente à **CONCESSIONÁRIA** pelo **CIDADÃO-USUÁRIO**, quando da restituição dos veículos, ou ressarcidas pelo **PODER CONCEDENTE** em razão das rendas de Leilão, na forma da legislação vigente.

15.5. O valor da **TARIFA DE RECOLHIMENTO** será devido uma única vez, sendo que transferências de veículo entre **PÁTIOS** da **CONCESSIONÁRIA** é de sua total responsabilidade, sem ônus para o **CIDADÃO-USUÁRIO** ou **PODER CONCEDENTE**.

15.5.1. O recolhimento de veículos, em casos excepcionais, tais como acidentes em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

barrancos, fora da estrada, dentro de rios e que, conseqüentemente, tenham um custo de mão de obra maior do que o previsto para a **TARIFA DE RECOLHIMENTO**, serão suportados pela **CONCESSIONÁRIA**, podendo estar cobertos por seguro.

15.6. No caso da restituição do veículo ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, a **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculada com base no total de dias de custódia do veículo multiplicado pelo valor da **TARIFA** diária vigente.

15.6.1. O total da **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculado pela contagem de dias corridos entre a data da entrada do veículo no **PÁTIO** da **CONCESSIONÁRIA** até a data da retirada do veículo, respeitando o prazo máximo previsto na legislação vigente.

15.6.2. A **CONCESSIONÁRIA** poderá cobrar o valor equivalente a uma diária para os veículos que forem retirados dos **PÁTIOS** em menos de 24hs, exceto nos casos isentos nos termos da legislação pertinente.

15.6.3. O **CIDADÃO-USUÁRIO** que retirar seu veículo em até 7 (sete) dias corridos fará jus ao pagamento de **TARIFA DE CUSTÓDIA** somente sobre os dias úteis, garantida, no mínimo, a cobrança de que trata a letra 15.6.2 do item 15.6.2.

15.6.4. Caso o **CIDADÃO-USUÁRIO** retire seu veículo após 7 (sete) dias corridos, será devedor da **TARIFA DE CUSTÓDIA** por todos os dias corridos em que o veículo permanecer recolhido, respeitando o prazo máximo previsto na legislação vigente.

15.6.5. No caso de alienação do veículo em Leilão, a **TARIFA DE CUSTÓDIA** será calculada com base no total de dias de custódia multiplicado pelo valor da **TARIFA** diária vigente.

15.6.6. Serão considerados dias de custódia, para fins do item 15.6.5, letra 15.6.5, o período compreendido desde a data de recolhimento do veículo ao **PÁTIO** até a data da arrematação, inclusive.

15.6.7. A **TARIFA DE CUSTÓDIA** devida pelo período compreendido desde o dia seguinte da data de arrematação até a retirada do veículo pelo arrematante será paga por este diretamente a **CONCESSIONÁRIA**.

15.7. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por realizar os registros do recebimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

das **TARIFAS** na **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PÁTIOS** do **PODER CONCEDENTE**.

15.8. É responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** certificar-se que o proprietário quitou os débitos junto ao **PODER CONCEDENTE** antes da cobrança das **TARIFAS** e a restituição do Veículo.

15.9. Será obrigatória a disponibilização das notas fiscais dos Serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, no momento da restituição do veículo.

15.10. Não será efetuada a cobrança de **TARIFAS** nos casos de isenção por determinação judicial ou disposição legal.

TÍTULO IV - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16. DO CONTROLE E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A **ARSESP** efetuará o controle, monitoramento e avaliação da prestação dos serviços pela **CONCESSIONÁRIA** no âmbito da **CONCESSÃO**.

16.2. O controle e monitoramento da **AARSESP** será efetuado por meio de Relatórios, **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** e **SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO**.

16.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, mensalmente, o “**Relatório Gerencial**” das atividades desenvolvidas no âmbito da **CONCESSÃO**, com base em informações coletadas na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

16.3.1. O “**Relatório Gerencial**” deverá ser disponibilizado, à **ARSESP** ao **PODER CONCEDENTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à coleta dos dados.

16.4. Os “**Relatórios**” não entregues no prazo serão considerados como não atendidos na apuração do “**Indicador de Conformidade**”.

16.5. O “**Relatório Gerencial**” deverá conter as seguintes informações:

16.5.1. Número de chamados realizados pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**, por **DOMÍNIO**, município, data e hora.

16.5.2. Número de veículos efetivamente recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**, com estatísticas de horário, **LOCAL DE RECOLHIMENTO** e tipologia de veículos.

16.5.3. Estatísticas de tempo de chegada dos equipamentos ao **LOCAL DE RECOLHIMENTO**, contado a partir do chamado pelo **AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO**.

16.5.4. Estatísticas de tempo de traslado dos veículos entre o **LOCAL DE RECOLHIMENTO** e o respectivo **PÁTIO** onde será guardado.

16.5.5. Estatísticas de distância entre o **PÁTIO** para onde o veículo foi removido e o **LOCAL DE RECOLHIMENTO**.

16.5.6. Número de veículos armazenados em cada **PÁTIO**, por tipologia de veículo.

16.5.7. Estatísticas de tempo de permanência dos veículos nos **PÁTIOS**.

16.5.8. Número de veículos retirados dos **PÁTIOS** pelos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**.

16.5.9. Número, tipo e data de ocorrência de danos nos veículos ocasionados pela **CONCESSIONÁRIA** durante as etapas de guarda e remoção.

16.5.10. Número de ocorrências relacionadas à prevenção e/ou autuações, por **PÁTIO**, referente ao controle de pragas e zoonoses.

16.5.11. Número de veículos aptos à Leilão com a data de seu recolhimento ao **PÁTIO** e a data de entrega do produto do **SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE LEILÃO** ao **PODER CONCEDENTE**.

16.5.12. Número de Leilões realizados e número de veículos leiloados, classificados em **Circulação, Sucata aproveitável, Sucata inservível e Sucata aproveitável com motor inservível**.

16.5.13. Número de veículos em situação de bloqueio administrativo, judicial ou policial, e tempo de permanência destes nos **PÁTIOS**.

16.5.14. Dados financeiros gerenciais de receitas segregados no maior nível de detalhamento possível, dividindo-se no mínimo entre receita advinda dos Serviços de Recolhimento, Custódia, Preparação de Leilão, dentre outras receitas, inclusive de Receitas Extraordinárias.

17. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

17.1. A fiscalização pela **ARSESP** abrangerá o monitoramento e o controle das ações da **CONCESSIONÁRIA** nas áreas administrativa, contábil, comercial, operacional, patrimonial, técnica, tecnológica, econômica e financeira, bem como medições e prestações de contas.

17.2. No exercício da fiscalização, a **ARSESP** terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da **CONCESSIONÁRIA**.

17.3. A **ARSESP**, poderá realizar vistoria, integral ou por amostragem, dos **PÁTIOS**, para verificar as condições de atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO** e a conservação de suas instalações.

17.3.1. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a **CONCESSIONÁRIA** facultará, à **ARSESP**, livre acesso, em qualquer época, às pessoas, instalações e equipamentos, softwares, dados e documentos vinculados à **CONCESSÃO**, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar, de qualquer setor ou responsável da **CONCESSIONÁRIA**, informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução do **CONTRATO**, bem como os dados considerados necessários para o controle estatístico da prestação de serviços nos **PÁTIOS**.

17.4. Caberá ao **PODER CONCEDENTE** e à **ARSESP** verificar, mensalmente, os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, tomando-se por base os relatórios disponibilizados na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS

18. DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS POR CADA LOTE DE CONCESSÃO

18.1. O **LOTE 1** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Adamantina	Guaimbê	Piquerobi
------------	---------	-----------



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Agudos	Guarantã	Piraju
Alfredo Marcondes	Herculândia	Pirajuí
Álvares Machado	Iacanga	Pirapozinho
Álvaro de Carvalho	Iacri	Piratininga
Alvinlândia	Ibirarema	Platina
Anhembi	Iepê	Pompéia
Anhumas	Igaraçu do Tietê	Pongaí
Arco-Íris	Indiana	Pracinha
Arealva	Inúbia Paulista	Pratânia
Areiópolis	Ipaussu	Presidente Alves
Assis	Irapuru	Presidente Bernardes
Avaí	Itaju	Presidente Epitácio
Balbinos	Itapuí	Presidente Prudente
Bariri	Itatinga	Presidente Venceslau
Barra Bonita	Jaú	Promissão
Bastos	João Ramalho	Quatá
Bauru	Júlio Mesquita	Queiroz
Bernardino de Campos	Junqueirópolis	Quintana
Bocaina	Laranjal Paulista	Rancharia
Bofete	Lençóis Paulista	Regente Feijó
Borá	Lins	Reginópolis
Boracéia	Lucélia	Ribeirão do Sul
Borebi	Lucianópolis	Ribeirão dos Índios
Botucatu	Lupércio	Rinópolis
Brotas	Lutécia	Rosana
Cabralia Paulista	Macatuba	Sabino
Cafelândia	Marabá Paulista	Sagres
Caiabu	Maracaí	Salmourão
Caiuá	Mariópolis	Salto Grande



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Campos Novos Paulista	Marília	Sandovalina
Cândido Mota	Martinópolis	Santa Cruz do Rio Pardo
Canitar	Mineiros do Tietê	Santa Maria da Serra
Chavantes	Mirante do Paranapanema	Santa Mercedes
Conchas	Monte Castelo	Santo Anastácio
Cruzália	Nantes	Santo Expedito
Dois Córregos	Narandiba	São João do Pau d'Alho
Dourado	Nova Guataporanga	São Manuel
Dracena	Ocaçu	São Pedro do Turvo
Duartina	Oriente	Sarutaiá
Echaporã	Oscar Bressane	Taciba
Emilianópolis	Osvaldo Cruz	Tarabai
Espírito Santo do Turvo	Ourinhos	Tarumã
Estrela do Norte	Ouro Verde	Tejupá
Euclides da Cunha Paulista	Pacaembu	Teodoro Sampaio
Fartura	Palmital	Timburi
Fernão	Panorama	Torrinha
Flora Rica	Paraguaçu Paulista	Tupã
Flórida Paulista	Parapuã	Tupi Paulista
Florínea	Pardinho	Ubirajara
Gália	Paulicéia	Uru
Garça	Paulistânia	Vera Cruz
Getulina	Pederneiras	-
Guaíçara	Pedrinhas Paulista	-

18.2. O **LOTE 2** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Adolfo	Ibitinga	Pindorama
Águas de São Pedro	Icém	Piracicaba



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Altair	Ilha Solteira	Pirangi
Alto Alegre	Indiaporã	Pirassununga
Álvares Florence	Ipeúna	Planalto
Américo Brasiliense	Ipiguá	Poloni
Américo de Campos	Iracemápolis	Pontalinda
Analândia	Irapuã	Pontes Gestal
Andradina	Itajobi	Populina
Aparecida d'Oeste	Itápolis	Porto Ferreira
Araçatuba	Itapura	Potirendaba
Araraquara	Itirapina	Rafard
Ariranha	Jaci	Ribeirão Bonito
Aspásia	Jales	Rincão
Auriflama	José Bonifácio	Rio Claro
Avanhandava	Lavínia	Rio das Pedras
Bady Bassitt	Limeira	Riolândia
Bálsamo	Lourdes	Rubiácea
Barbosa	Luiziânia	Rubinéia
Bento de Abreu	Macaubal	Sales
Bilac	Macedônia	Saltinho
Birigui	Magda	Santa Adélia
Boa Esperança do Sul	Marapoama	Santa Albertina
Borborema	Marinópolis	Santa Clara d'Oeste
Braúna	Matão	Santa Fé do Sul
Brejo Alegre	Mendonça	Santa Gertrudes
Buritama	Meridiano	Santa Lúcia
Cândido Rodrigues	Mesópolis	Santa Rita do Passa Quatro
Capivari	Mira Estrela	Santa Rita d'Oeste
Cardoso	Mirandópolis	Santa Salete
Castilho	Mirassol	Santana da Ponte Pensa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Catanduva	Mirassolândia	Santo Antônio do Aracanguá
Catiguá	Mombuca	Santópolis do Aguapeí
Cedral	Monções	São Carlos
Charqueada	Monte Aprazível	São Francisco
Clementina	Motuca	São João das Duas Pontes
Cordeirópolis	Murutinga do Sul	São João de Iracema
Coroados	Neves Paulista	São José do Rio Preto
Corumbataí	Nhandeara	São Pedro
Cosmorama	Nipoã	Sebastianópolis do Sul
Descalvado	Nova Aliança	Sud Mennucci
Dirce Reis	Nova Canaã Paulista	Suzanápolis
Dobrada	Nova Castilho	Tabapuã
Dolcinópolis	Nova Europa	Tabatinga
Elisiário	Nova Granada	Tanabi
Embaúba	Nova Independência	Taquaritinga
Engenheiro Coelho	Nova Luzitânia	Trabiju
Estrela d'Oeste	Novais	Três Fronteiras
Fernando Prestes	Novo Horizonte	Turiúba
Fernandópolis	Onda Verde	Turmalina
Floreal	Orindiúva	Ubarana
Gabriel Monteiro	Ouroeste	Uchoa
Gastão Vidigal	Palestina	União Paulista
Gavião Peixoto	Palmares Paulista	Urânia
General Salgado	Palmeira d'Oeste	Urupês
Glicério	Paraíso	Valentim Gentil
Guapiaçu	Paranapuã	Valparaíso
Guaraçai	Parisi	Vista Alegre do Alto
Guarani d'Oeste	Paulo de Faria	Vitória Brasil
Guararapes	Pedranópolis	Votuporanga



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Guzolândia	Penápolis	Zacarias
Ibaté	Pereira Barreto	-
Ibirá	Piacatu	-

18.3. O **LOTE 3** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Aguai	Guatapar	Ribeirão Preto
Águas da Prata	Igarapava	Rifaina
Águas de Lindóia	Ipu	Sales Oliveira
Altinópolis	Itapira	Santa Cruz da Conceição
Âmparo	Itirapua	Santa Cruz da Esperança
Aramina	Itobi	Santa Cruz das Palmeiras
Araras	Ituverava	Santa Ernestina
Barretos	Jaborandi	Santa Rosa de Viterbo
Barrinha	Jaboticabal	Santo Antônio da Alegria
Batatais	Jardinópolis	Santo Antônio do Jardim
Bebedouro	Jeriquara	São João da Boa Vista
Brodowski	Leme	São Joaquim da Barra
Buritizal	Lindóia	São José da Bela Vista
Caconde	Luís Antônio	São José do Rio Pardo
Cajobi	Miguelópolis	São Sebastião da Grama
Cajuru	Mococa	São Simão
Casa Branca	Mogi Guaçu	Serra Azul
Cássia dos Coqueiros	Mogi Mirim	Serra Negra
Colina	Monte Alegre do Sul	Serrana
Colômbia	Monte Alto	Sertãozinho
Conchal	Monte Azul Paulista	Severínia
Cravinhos	Morro Agudo	Socorro
Cristais Paulista	Nuporanga	Taiacu

Divinolândia	Olímpia	Taiúva
Dumont	Orlândia	Tambaú
Espírito Santo do Pinhal	Patrocínio Paulista	Tapiratiba
Estiva Gerbi	Pedregulho	Taquaral
Franca	Pitangueiras	Terra Roxa
Guaíra	Pontal	Vargem Grande do Sul
Guará	Pradópolis	Viradouro
Guaraci	Restinga	-
Guariba	Ribeirão Corrente	-

18.4. O **LOTE 4** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Americana	Itatiba	Pedreira
Artur Nogueira	Itupeva	Pinhalzinho
Atibaia	Jaguariúna	Piracaia
Bom Jesus dos Perdões	Jarinu	Santa Bárbara d'Oeste
Bragança Paulista	Joanópolis	Santo Antônio de Posse
Cabreúva	Jundiaí	Sumaré
Campinas	Louveira	Tuiuti
Campo Limpo Paulista	Monte Mor	Valinhos
Cosmópolis	Morungaba	Vargem
Elias Fausto	Nazaré Paulista	Várzea Paulista
Holambra	Nova Odessa	Vinhedo
Hortolândia	Paulínia	-
Indaiatuba	Pedra Bela	-

18.5. O **LOTE 5** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Águas de Santa Bárbara	Guareí	Pereiras
Alambari	Iaras	Piedade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

Alumínio	Ibiúna	Pilar do Sul
Angatuba	Iguape	Pirapora do Bom Jesus
Apiaí	Ilha Comprida	Porangaba
Araçariguama	Iperó	Porto Feliz
Araçoiaba da Serra	Iporanga	Quadra
Arandu	Itaberá	Registro
Avaré	Itaí	Ribeira
Barão de Antonina	Itaóca	Ribeirão Branco
Barra do Chapéu	Itapecerica da Serra	Ribeirão Grande
Barra do Turvo	Itapetininga	Riversul
Barueri	Itapeva	Salto
Boituva	Itapevi	Salto de Pirapora
Bom Sucesso de Itararé	Itapirapuã Paulista	Santana de Parnaíba
Buri	Itaporanga	São Lourenço da Serra
Cajati	Itararé	São Miguel Arcanjo
Campina do Monte Alegre	Itu	São Roque
Cananéia	Jacupiranga	Sarapuí
Capão Bonito	Jandira	Sete Barras
Capela do Alto	Jumirim	Sorocaba
Carapicuíba	Juquiá	Taboão da Serra
Cerqueira César	Juquitiba	Taguaí
Cerquilha	Mairinque	Tapiraí
Cesário Lange	Manduri	Taquarituba
Coronel Macedo	Miracatu	Taquarivaí
Cotia	Nova Campina	Tatuí
Eldorado	Óleo	Tietê
Embu das Artes	Osasco	Torre de Pedra
Embu-Guaçu	Paranapanema	Vargem Grande Paulista
Guapiara	Pariquera-Açu	Votorantim

18.6. O **LOTE 6** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Caieiras	Franco da Rocha	Santo André
Cajamar	Guarulhos	São Bernardo do Campo
Diadema	Mairiporã	São Caetano do Sul
Francisco Morato	Mauá	São Paulo

18.7. O **LOTE 7** contempla a prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO** nos seguintes Municípios:

Aparecida	Itanhaém	Redenção da Serra
Arapeí	Itaquaquecetuba	Ribeirão Pires
Areias	Itariri	Rio Grande da Serra
Arujá	Jacareí	Roseira
Bananal	Jambeiro	Salesópolis
Bertioga	Lagoinha	Santa Branca
Biritiba Mirim	Lavrinhas	Santa Isabel
Caçapava	Lorena	Santo Antônio do Pinhal
Cachoeira Paulista	Mogi das Cruzes	Santos
Campos do Jordão	Mongaguá	São Bento do Sapucaí
Canas	Monteiro Lobato	São José do Barreiro
Caraguatatuba	Natividade da Serra	São José dos Campos
Cruzeiro	Paraibuna	São Luiz do Paraitinga
Cubatão	Pedro de Toledo	São Sebastião
Cunha	Peruíbe	São Vicente
Ferraz de Vasconcelos	Pindamonhangaba	Silveiras
Guararema	Piquete	Suzano
Guaratinguetá	Poá	Taubaté
Guarujá	Potim	Tremembé
Igaratá	Praia Grande	Ubatuba



Ilhabela	Queluz	-
----------	--------	---

18.8. Quando houver a criação de um Município, este passará a fazer parte do **LOTE** do Município do qual foi desmembrado.

18.9. Quando houver a extinção de um Município, as operações deste passarão a ser de responsabilidade do **LOTE** do Município que o incorporou.

19. DA LOCALIZAÇÃO DOS PÁTIOS

19.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá observar os parâmetros de localização, quantidade prevista de custódia de veículos e demais especificações para a localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS**.

19.2. A localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverá ser escolhida com vistas a atender a demanda da **CONCESSÃO**, de maneira célere e eficiente, facilitando o deslocamento do **CIDADÃO-USUÁRIO** até o **PÁTIO PRINCIPAL** mais próximo.

19.3. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** poderão ser de titularidade da **CONCESSIONÁRIA** ou subcontratados por ela, nos termos do **CONTRATO**.

19.4. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão estar localizados em área com acesso fácil de transporte público.

19.5. A localização dos **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverá observar aos seguintes critérios:

19.5.1. Atendimento de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos recolhimentos, em uma distância máxima de 30 (trinta) km de distância do **PÁTIO PRINCIPAL** mais próximo.

19.5.2. Atendimento de, no máximo, 0,15% (quinze décimos percentuais) dos recolhimentos, em uma distância acima de 50 (cinquenta) km, não podendo ser superior a 75 km.

19.5.3. A distância de que trata este subitem será calculado a partir do deslocamento pelas vias de transportes, urbano ou rodoviário, entre o **LOCAL DE RECOLHIMENTO** até o **PÁTIO PRINCIPAL**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

19.6. Os **PÁTIOS** deverão estar localizados nos municípios que integram a região de cobertura do respectivo **LOTE**.

20. DOS PÁTIOS

20.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter **PÁTIOS** veiculares em quantidade que considerar suficiente, observando os parâmetros de localização especificados no **TÍTULO V – DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS PÁTIOS** deste **CADERNO DE ENCARGOS**, responsabilizando-se pela segurança e integridade física dos veículos recolhidos, bem como pelo atendimento da legislação pertinente quanto a alvarás, licenças de funcionamento e cuidados sanitários e ambientais, e demais especificações indicadas neste item 10.

20.2. Os **PÁTIOS** deverão possuir controle de acesso restrito às áreas de gestão da operação, iluminação e cercamento adequados em toda a sua extensão, de modo a garantir a segurança dos veículos contra furtos e roubos.

20.3. Os **PÁTIOS** deverão ser cercados em todo o seu perímetro, com altura e materiais que funcionem efetivamente como barreira contra invasões, de forma a garantir a segurança e a operacionalização contínua dos serviços.

20.4. A instalação de cobertura será obrigatória para, no mínimo, armazenar motocicletas, podendo ser guardados a céu aberto tão somente os veículos que não ofereçam risco de se tornar criadouros de *Aedes Aegypti* e de outros vetores de zoonoses, sendo que o descumprimento sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** às penalidades contratuais.

20.5. Os **PÁTIOS** deverão possuir Sistema de Vigilância Interna e Externa, por meio de “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**”, que deverá, ao menos, ser suficiente para o controle dos acessos na entrada, visualização dos veículos armazenados e das fachadas do imóvel, além dos equipamentos necessários para visualização, monitoramento e gravação das imagens.

20.5.1. A **CONCESSIONÁRIA** disponibilizará, à ARSESP e ao **PODER CONCEDENTE**, acesso irrestrito ao “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**”.

20.5.2. As imagens do “**Circuito Fechado de Televisão - CFTV**” deverão ser armazenadas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

pela **CONCESSIONÁRIA**, por, pelo menos, 12 (doze) meses e disponibilizadas ao **PODER CONCEDENTE**, sempre que solicitadas.

20.6. Serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** as seguintes obrigações:

20.6.1. O pleno funcionamento de todas as instalações civis, elétricas e hidráulicas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos, e demais itens e instalações necessários ao adequado funcionamento do respectivo **PÁTIO**.

20.6.2. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, infraestrutura e equipamentos, de acordo com as normas aplicáveis, utilizando pessoal qualificado e equipamentos de segurança; e

20.6.3. A adequada limpeza das áreas e destinação correta de resíduos, incluindo sua armazenagem, triagem, transporte, descarte e/ou aproveitamento.

20.7. Toda estrutura física, obrigatória e de apoio, com sistema de vídeo monitoramento, mobiliário e equipamentos de informática, será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

20.8. A área de atendimento, administração e local de armazenamento de veículos deverá atender às normas sanitárias, do corpo de bombeiros, ambientais e fiscais, além dos parâmetros de acessibilidade vigentes nas legislações federal, estadual e municipal.

20.8.1. As áreas de atendimento e administração deverão ser confortáveis para os funcionários e demais usuários das instalações.

20.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter a adequada sinalização nos **PÁTIOS**, buscando a perfeita operacionalização da prestação dos serviços, de forma a trazer eficiência na logística e gestão, bem como um padrão visual de qualidade.

20.10. A **CONCESSIONÁRIA** poderá usar soluções e métodos diferenciados e inovadores para custódia dos veículos, desde que respeitados os parâmetros de infraestrutura e níveis de qualidade do serviço estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS** e na legislação cabível.

20.11. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** deverão ser implantados pela **CONCESSIONÁRIA** nos Municípios previamente identificados pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme estabelecido

neste **CADERNO DE ENCARGOS**, para atender a demanda de serviços objeto da **CONCESSÃO**.

20.12. É facultado, à **CONCESSIONÁRIA**, a utilização de **PÁTIOS DE APOIO** para custódia de veículos recolhidos há mais de 30 (trinta) dias.

20.13. O **PÁTIO DE APOIO** deverá ser objeto de autorização pelo **PODER CONCEDENTE** antes da sua plena utilização, por meio de emissão do “**Termo de Início da Operação**”.

20.14. A **CONCESSIONÁRIA** que optar pela transferência do veículo de um **PÁTIO PRINCIPAL** para um **PÁTIO DE APOIO** arcará com os custos desta transferência.

20.14.1. Na hipótese do item 20.14, caso o **CIDADÃO-USUÁRIO** compareça para retirar seu veículo no **PÁTIO PRINCIPAL**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá trazer o veículo de volta no prazo de 24 horas, sem quaisquer tarifas adicionais.

21. DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO

21.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar um **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, no prazo estabelecido no **CONTRATO**, contemplando a entrada em operação dos **PÁTIOS**, da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** e da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

21.2. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** é um documento que descreve detalhadamente como a **CONCESSIONÁRIA** prestará os serviços no âmbito da **CONCESSÃO**.

21.3. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** deverá contemplar as seguintes **ETAPAS** e **FASES**:

22.3.1 ETAPA 1: Período para implantação dos **PÁTIOS** e da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**.

a. **FASE 1:** Período integrante da **ETAPA 1**, quando deverão ser implantados a **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO** e os **PÁTIOS** nas localidades referidas no subitem 21.8 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

b. **FASE 2:** Período integrante da **ETAPA 1**, quando deverão ser implantados os **PÁTIOS** nas localidades referidas no subitem 21.10 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

c. **FASE 3:** Período integrante da **ETAPA 1**, quando deverão ser implantados os **PÁTIOS**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

nas localidades referidas no subitem 21.12 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

22.3.2 ETAPA 2: Data para entrada em operação da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, fornecida pela **CONCESSIONÁRIA**.

21.4. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** deverá ser encaminhado para anuência do **PODER CONCEDENTE** nos seguintes prazos:

d. Para a **ETAPA 1** em até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do **CONTRATO**.

e. Para a **ETAPA 2** em até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do **CONTRATO**.

21.5. O **PODER CONCEDENTE** deliberará sobre o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** em até 20 (vinte) dias contados da entrega pela **CONCESSIONÁRIA**.

21.5.1. Aprovado o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, o **PODER CONCEDENTE** emitirá o “Termo de anuência do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”, devendo a **CONCESSIONÁRIA** iniciar imediatamente a implantação prevista.

21.5.2. Em caso de não aprovação do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, o **PODER CONCEDENTE** deverá informar à Concessionária os itens que deverão ser incluídos, ajustados e/ou complementados.

21.5.3. A **CONCESSIONÁRIA** disporá do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data em que for formalmente comunicada da não aprovação, para realizar os ajustes necessários e reenviar o **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** ao **PODER CONCEDENTE**.

21.5.4. Após o recebimento do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** ajustado, o **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de seu recebimento, para deliberar sobre sua aprovação ou rejeição final.

21.6. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** da **ETAPA 1** deverá contemplar as seguintes informações:

a. Definição da localização, detalhamentos e contatos da **CENTRAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

- b. Definição da localização dos **PÁTIOS** com a identificação da forma de contratação e dos prazos para entrada em operação, atendendo aos prazos máximos definidos para cada **FASE**.
- c. Especificação do quadro de pessoal de cada **PÁTIO**.
- d. Estratégia para contratação ou aquisição dos equipamentos de recolhimento.
- e. Procedimentos e rotinas para garantia da integridade física dos veículos durante os Serviços de Recolhimento e Custódia.
- f. Detalhamento de rotinas e procedimentos a serem utilizados para o atendimento de solicitações de **OPERAÇÕES**.
- g. Detalhamento de procedimentos a serem seguidos para o reparo de eventuais danos ocasionados nos veículos recolhidos pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do item 10.16 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.
- h. Procedimentos para preparação dos Leilões.
- i. Procedimentos para atendimento ao **CIDADÃO-USUÁRIO**, solucionando dúvidas, registrando falhas, reclamações, comentários e ocorrências, e orientando-os.
- j. Estratégia para divulgação do “**Canal de Atendimento ao CIDADÃO-USUÁRIO**” para registro de reclamações, solicitações e sugestões.
- k. Procedimentos para o recebimento das **TARIFAS** pelos **CIDADÃOS-USUÁRIOS**, com indicação dos meios e as condições de pagamentos disponíveis, observado as diretrizes e requisitos estabelecidos no **TÍTULO III - DA POLÍTICA TARIFÁRIA** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.
- l. Apresentação de “Plano de Contingência”, considerando o processo de implantação do serviço e a fase de operação, contendo, no mínimo, a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de implantação e operação, observados os requisitos mínimos estabelecido no item 8.4 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

21.7. A implantação da **FASE 1** deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

“Termo de anuência do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”.

21.8. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 1** da **ETAPA 1**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO 12 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 1
I	BAURU JAÚ MARÍLIA PRESIDENTE PRUDENTE
II	ARAÇATUBA ARARAQUARA CATANDUVA LIMEIRA PIRACICABA RIO CLARO SÃO CARLOS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO BIRIGUI
III	ARARAS FRANCA MOGI GUAÇÚ RIBEIRÃO PRETO
IV	BRAGANÇA PAULISTA CAMPINAS ITATIBA JUNDIAÍ
V	BARUERI ITAPECERICA DA SERRA ITÚ OSASCO SOROCABA
VI	CAIEIRAS GUARULHOS SANTO ANDRÉ SÃO BERNARDO DO CAMPO
VII	GUARUJÁ MOGI DAS CRUZES PRAIA GRANDE

LOTE	LOCALIDADES - FASE 1
	SANTOS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SUZANO TAUBATÉ

21.9. A implantação da **FASE 2** deverá ocorrer em até 250 (duzentos e cinquenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “Termo de anuência do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”.

21.10. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 2 da ETAPA 1**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO 12 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 2
I	ASSIS BOTUCATU LINS MACATUBA OURINHOS
II	IBITINGA PIRASSUNUNGA TAQUARITINGA VOTUPORANGA
III	BARRETOS BEBEDOURO JABOTICABAL SÃO JOÃO DA BOA VISTA SÃO JOAQUIM DA BARRA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO SERRA NEGRA SERTÃOZINHO
IV	-

LOTE	LOCALIDADES - FASE 2
V	ARAÇOIABA DA SERRA ITAPETININGA PIEDADE TATUÍ
VI	-
VII	GUARATINGUETÁ JACAREÍ PINDAMONHANGABA

21.11. A implantação da **FASE 3** deverá ocorrer em até 360 (trezentos e sessenta) dias, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “Termo de anuência do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”.

21.12. Os **PÁTIOS PRINCIPAIS** que compõem a **FASE 3** da **ETAPA 1**, em cada **LOTE**, devem abranger as seguintes **LOCALIDADES**, conforme **ANEXO 12 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS LOTES**.

LOTE	LOCALIDADES - FASE 3
I	ADAMANTINA BROTAS CONCHAS DRACENA DUARTINA EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA NANTES PALMITAL PARAGUAÇU PAULISTA PIRAJU PIRAJUÍ PIRAPOZINHO PRESIDENTE VENCESLAU SANTA CRUZ DO RIO PARDO TUPÃ
II	ANDRADINA AURIFLAMA FERNANDÓPOLIS ICEM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

LOTE	LOCALIDADES - FASE 3
	ILHA SOLTEIRA JALES JOSÉ BONIFÁCIO MIRANDÓPOLIS MIRASSOL NHANDEARA NOVA GRANADA NOVO HORIZONTE PENÁPOLIS PEREIRA BARRETO PONTES GESTAL SANTA FÉ DO SUL UCHÔA
III	BATATAIS CAJURÚ CASA BRANCA CRAVINHOS ITUVERAVA OLÍMPIA PEDREGULHO PRADÓPOLIS SÃO SIMÃO
IV	-
V	ANGATUBA APIAÍ AVARÉ CAPÃO BONITO IGUAPE ITAPEVA ITAPORANGA ITARARÉ JUMIRIM MAIRINQUE PARIQUERA-AÇU REGISTRO TAQUARITUBA
VI	-
VII	ARAPEÍ CAMPOS DO JORDÃO CARAGUATATUBA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

LOTE	LOCALIDADES - FASE 3
	CRUZEIRO ITANHAÉM PERUÍBE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA SÃO SEBASTIÃO UBATUBA

21.13. As localidades previstas nas **FASES 1, 2 e 3** poderão ser antecipadas ou alteradas, desde que devidamente justificadas pela **CONCESSIONÁRIA** e previamente aprovadas pelo **PODER CONCEDENTE**.

21.14. Cada um dos **PÁTIOS** só poderá iniciar a operação dos serviços mediante a emissão do “Termo de Início da Operação” pelo **PODER CONCEDENTE**, após a realização de vistoria com o intuito de verificar o atendimento aos critérios de implantação indicados neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

21.15. O “Termo de Início da Operação” deverá ser emitido em até 20 (vinte) dias após a comunicação de implantação do **PÁTIO** pela **CONCESSIONÁRIA**, caso o **PÁTIO** tenha atendido aos critérios de implantação indicados neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

21.16. A **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** deverá ser fornecida pela **CONCESSIONÁRIA** com o início da **ETAPA 2**.

21.17. Durante a **ETAPA 1**, o suporte tecnológico da operação será fornecido pelo **PODER CONCEDENTE**, que será ressarcido no montante de R\$ 6,50 por veículo recolhido pela **CONCESSIONÁRIA**, a título de tarifa de utilização de sistema.

21.18. O pagamento da tarifa de utilização de sistema será realizado mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente ao recolhimento dos veículos, pela **CONCESSIONÁRIA**.

21.19. O **PODER CONCEDENTE** poderá, até 30 (trinta) dias antes da entrega do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** da **ETAPA 2**, desistir do fornecimento da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** pela **CONCESSIONÁRIA**, hipótese em que o suporte tecnológico da operação será fornecido pelo **PODER CONCEDENTE** durante todo período da **CONCESSÃO**, aplicando-se as regras de ressarcimento vigentes na **ETAPA 1**.

21.20. O **PLANO DE IMPLANTAÇÃO** da **ETAPA 2** deverá contemplar as seguintes informações:

a. Planejamento da implantação da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, considerando os requisitos técnicos, funcionais e de negócios e integrações necessárias com os sistemas do **PODER CONCEDENTE** e todos aqueles necessários para a execução do objeto da **CONCESSÃO**, bem como os requisitos mínimos estabelecidos no item 0 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

b. Apresentação de “Plano de Contingência”, considerando o processo de implantação do serviço, contendo, no mínimo, a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de implantação e operação, observados os requisitos mínimos estabelecido no item 8.4 deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

c. Cronograma de implantação da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, que não poderá ser superior a 18 (dezoito) meses, incluindo o plano de treinamento dos **USUÁRIOS DE SISTEMA** e as datas das provas de conceito.

d. Detalhamento da Arquitetura de sistemas que suportará a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, incluindo especificação do banco de dados e todas as demais informações técnicas necessárias para a operação e gestão da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

21.21. Com o intuito de otimizar a execução das obras ou, ainda, melhorar a prestação dos serviços poderá, a **CONCESSIONÁRIA**, alterar o conteúdo do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**, mediante prévia e expressa anuência do **PODER CONCEDENTE**.

21.22. O dia útil imediatamente posterior a emissão, pelo **PODER CONCEDENTE**, do “Termo de anuência do **PLANO DE IMPLANTAÇÃO**”, constituirá o termo inicial da correspondente **ETAPA**, estando a **CONCESSIONÁRIA** autorizada para iniciar as providências de implantação.

21.23. Para a implantação de cada **PÁTIO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar, ao **PODER CONCEDENTE**, os respectivos Projetos Executivos, nos termos do **CONTRATO**.

21.24. A **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** será objeto de avaliação do **PODER CONCEDENTE**, mediante aplicação de prova de conceitos e análise de aderência às



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 378.00000107/2025-17
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/2025
Concessão do Serviço de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de SP

condições de prestação de serviços especificados neste **CADERNO DE ENCARGOS** e no **CONTRATO**, em até 120 (cento e vinte) dias antes do início da **ETAPA 2**.

21.25. Na prova de conceitos e análise de aderência prevista neste subitem, a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** deverá atender, no mínimo, a 80% (oitenta por cento) dos requisitos descritos no **Anexo 11 – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

21.26. A **CONCESSIONÁRIA** terá que submeter a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** à nova prova de conceitos e análise de aderência 60 (sessenta) dias antes do início da **ETAPA 2**, quando deverá atender todos os requisitos descritos no **Anexo 11 – REQUISITOS DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

21.27. Ao término do período da **CONCESSÃO**, ou cancelamento do **CONTRATO**, a **PLATAFORMA TECNOLÓGICA** será cedida sem ônus ao **PODER CONCEDENTE**, incluindo base de dados, licenciamento, código-fonte, APIs, manuais, documentação técnica e demais documentos pertinentes ao desenvolvimento e manutenção da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, de tal forma que, para que isso ocorra, a **CONCESSIONÁRIA** deva deter a titularidade plena da **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**.

21.28. Os dados inseridos na **PLATAFORMA TECNOLÓGICA**, ao longo da **CONCESSÃO**, são de propriedade do **PODER CONCEDENTE**.